

ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 20

Nº 54

Agosto/Outubro/2009

CONTEÚDO

- | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Santa Catarina e a Crise Mundial Contemporânea
<i>Hoyêdo Nunes Lins</i> | 01 |
| Estudo sobre Mudanças na Composição e na
Distribuição Geográfica das Indústrias Catarinenses
Têxteis e do Vestuário nos Anos de 1995 a 2005
<i>José Antônio Nicolau e Priscila Karen da Silva</i> | 07 |
| O Excessivo Otimismo e a Mortalidade de Empresas
<i>Francisco Gelinski Neto</i> | 12 |

Santa Catarina e a Crise Mundial Contemporânea

Hoyêdo Nunes Lins^(*)

Em 1848, um texto de combate que inspiraria sucessivas gerações de mentes ávidas por mudanças sociais começava com a seguinte frase: “um espectro percorre a Europa...” (MARX; ENGELS, 1973, p. 3). No *Réveillon* que abriu as portas de 2009, poucas formulações se aplicariam melhor à conjuntura econômica observada em escala mundial do que esta: “um espectro percorre o planeta”.

Ninguém que acompanhe minimamente os noticiários pode declarar-se alheio ao que marcava o cenário naquele momento e que, de uma forma ou de outra, está em curso desde então.

“Um espectro percorre o planeta”: bolha imobiliária e crise mundial

Desde o último trimestre de 2008, uma crise assombra a economia mundial. Seu impulso, após gestação prolongada, foi o estouro de uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, com irradiação que provocou inadimplências, monumentais perdas bancárias e quedas das bolsas em distintos países. O quadro de incertezas, irremediavelmente instaladas, minou a confiança em praticamente todos os quadrantes e afetou os empréstimos e o crédito. O decorrente cortejo mostrou-se ornamentado por demissões em enormes quantidades, estreitamento do consumo, desestímulo aos investimentos e atrofia do comércio internacional.

Esse “espectro” foi alardeado nas manchetes como uma crise efetivamente mundial, sofrendo esquadramento, ao menos no plano das tentativas de interpretação, por especialistas em bolhas e seus estouros (p. ex., BORDO, 2009). Em visões oriundas de trincheiras críticas, que procuram captar o pano de fundo, as turbulências aparecem associadas à entronização generalizada de uma economia de cunho amplamente rentista no último quartel do século XX. Nesse processo, o desequilíbrio entre lucros e salários teria produzido um quase inevitável endividamento dos trabalhadores mais pobres em busca de moradia, situação que, quando o aumento dos preços dos alimentos e da energia exigiu arbitrar em relação aos itens do gasto doméstico, provocou inadimplência nos débitos imobiliários e a consequente crise dos *subprimes* (LIPIETZ, 2009).

Seja como for, a degradação geral das condições ensejou a revitalização de esquemas teóricos e de ferramentas de análise tidos por alguns como inapelavelmente soterradas na poeira levantada pelos que, nas últimas décadas, se esfalfaram em correr atrás dos colossais ganhos ligados à ciranda financeira. Todavia, e isto é eloquente sobre a dimensão da crise, não se pode dizer que os instrumentos de política econômica utilizados – vide a política monetária nos Estados Unidos – já

^(*) Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFSC.

tenham sido capazes de realmente sinalizar uma retomada da atividade econômica, embora uma suave recuperação pareça esboçar-se neste segundo semestre.

Em tal contexto, protecionismo (até com o retorno do *buy American*), xenofobia, endurecimento das medidas contra os imigrantes e tensões sociais nas áreas mais fortemente afetadas (p. ex., trabalhadores de uma unidade do grupo norteamericano Carterpillar, em Grenoble, tomaram os executivos como reféns em protesto contra o plano de demissões) marcaram, e seguem marcando, o cotidiano em diferentes países, particularmente nos que pertencem às zonas centrais da economia mundial.

Nos países externos a essas zonas, e sobretudo entre os que aparecem nos níveis mais baixos da hierarquia da riqueza planetária, a disseminação da crise acena com grandes e inquietantes danos, tendo em vista, entre outros fatores, a acentuada queda nos fluxos internacionais de capital e o declínio nos resultados do comércio externo, inclusive pela trajetória dos preços das *commodities* (GRIFFITH-JONES, S.; OCAMPO, J. A. 2009).

Brasil: da “marolinha” à preocupação

Sem que isto surpreenda, o vendaval revelou-se destrutivo no Brasil. Por conta da redução dos investimentos, a produção industrial recuou fortemente no começo de 2009, com reflexos na indústria de transformação como um todo, mas especialmente dignos de nota em setores com a importância exibida pela fabricação de máquinas e equipamentos. Essa tendência se refletiu nas estatísticas de emprego, conforme mostrado pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que permitem constatar uma dramática derrubada em dezembro de 2008.

Alguma reação foi testemunhada ao longo do primeiro semestre, mas sem representar sequer aceno de reversão de um quadro que, comparativamente ao mesmo período em 2008, permaneceu amplamente desfavorável. Observe-se que o aquecimento observado em algumas atividades parece indissociável das medidas tomadas pelo governo federal. Com efeito, em que pese a maneira como a crise foi inicialmente considerada no peculiar léxico presidencial (apenas uma marolinha...), protagonizaram-se iniciativas ao estilo da desoneração tributária para produtos como carros, eletrodomésticos e itens relacionados à construção civil. Aumento do crédito, através do Banco do Brasil (para empréstimos consignados, crediário), e corte nos juros (em junho) igualmente perfilarão-se entre as ações empreendidas.

O alvo básico de tais medidas? Dinamizar o consumo doméstico, desafogando atividades que, de outro modo, certamente amargariam resultados muito mais difíceis, com irrevogáveis reflexos de cunho social.

Ilustrações desses reflexos puderam ser percebidas junto a setores tão díspares como a produção de aviões e o abate de bovinos. No primeiro caso, a Embraer, cujo faturamento provém amplamente das vendas internacionais, sofreu paralisação de mercado que lhe impôs consideráveis cortes de projetos e despesas, movimento que trouxe a reboque milhares de demissões, com consequências certas na área de São

José dos Campos (AMATO, 2009). No segundo caso, a desativação de unidades pertencentes ao Frigorífico Independência, do Mato Grosso do Sul, inoculou em vários municípios (desse estado e de outros) processos que Myrdal (1968) provavelmente classificaria como de “causação circular acumulativa descendente” (BÄCHTOLD; BENITES, 2009).

Reflexos sociais passaram a suscitar expectativas também em decorrência de um tipo de comportamento que costuma se intensificar durante as crises: a concentração empresarial. “Crise precipita onda de fusões e aquisições”, era o título de uma reportagem da *Folha de S. Paulo* no primeiro semestre (CRISE..., 2009, p. B4), dando conta de um aprofundamento da tendência de concentração industrial em distintos setores (agroindustrial, de papel e celulose, sucroalcooleiro). Ora, movimentos dessa natureza geralmente rimam com reestruturação produtiva, de respingos inevitáveis na esfera do emprego, com reflexos territoriais .

Remete ao mesmo tipo de avaliação uma tendência que se esboçou na esteira das reações da Argentina à crise mundial. Visando proteger algumas indústrias, o governo daquele país impôs dificuldades (pela ampliação do regime de licenças não automáticas de importação) à entrada de dezenas de grupos de produtos, representando no total cerca de 1/5 das vendas brasileiras naquele mercado (produtos como *freezers*, aquecedores, artigos de vestuário). Um reflexo dessa conjuntura comercial tomou a forma da abertura em território argentino de fábricas pertencentes a empresas em operação no Brasil. O setor de calçados esportivos mostrou-se especialmente implicado (GUIMARÃES, 2009).

Santa Catarina na crise

A literatura internacional sobre o tema das repercussões territoriais das crises econômicas ganhou contribuições importantes na passagem entre os anos 1970 e 1980, com o amadurecimento das análises sobre o fim do crescimento que marcou o período subsequente à Segunda Guerra Mundial.

Um exemplo dessa literatura é o livro organizado por Carney, Hudson e Lewis (1980), cujos diferentes estudos indicam que aquela situação de crise se traduzia em iniciativas de reestruturação com incidências regionais diferenciadas, provocando deslocamentos de capacidades produtivas que afetavam duramente algumas áreas, reduzindo a atividade econômica e contraindo conseqüentemente o emprego. Espirais de empobrecimento e degradação de áreas urbanas acabaram se instalando, tendo quase sempre como corolário um forte acirramento das tensões sociais.

Santa Catarina é um ente federado, não uma região. Seu espaço representa o que Perroux (1967) chamaria de “espaço vulgar”, com delimitação institucional que, evidentemente, não coincide com a espacialidade da “sua” economia, articulada inter-regionalmente e internacionalmente. Mesmo assim, e, sobretudo, por constituir o território catarinense o palco da “flexão muscular” das políticas de promoção do desenvolvimento concebidas pelo governo estadual, perscrutar-lhe com respeito à

atual crise na perspectiva do debate sobre os reflexos regionais das crises econômicas não parece uma tarefa despropositada.

Santa Catarina não ficou imune à crise, e isso, naturalmente, não deveria causar espécie. Sua estrutura produtiva possui atividades com forte presença exportadora, e os problemas no *front* externo, implicando contração do crédito e encolhimento da demanda, haveriam de ter repercussões. Assim, dezembro de 2008 assistiu à contração (ante novembro) de quase 28 mil postos de trabalho formais no estado, um resultado que refletiu principalmente a crise, além, é claro, a sazonalidade, que envolve o início das férias escolares, a entressafra agrícola e o final da bolha de consumo ligada às festas de final de ano. Aspecto central é que metade desse decréscimo ocorreu na indústria de transformação.

O princípio de 2009 exibiu geração líquida de empregos, no confronto entre um mês e outro. Por exemplo, em fevereiro ocorreu criação de quase 5,7 mil empregos, representando a segunda maior expansão percentual, relativamente a janeiro, entre todos os estados brasileiros. Entretanto, na comparação com 2008 o quadro era negativo, particularmente na indústria. Assim, no primeiro semestre como um todo, o saldo positivo de 11,7 mil postos de trabalho revelou-se o pior desempenho em Santa Catarina em dez anos. O nível de emprego da indústria contraiu-se, e o setor de serviços, envolvendo, por exemplo, serviços de manutenção e reforma, segurança e atividades ligadas ao turismo, assumiu a liderança na criação de postos de trabalho.

Os reflexos da crise apresentam nuances quando se consideram os setores produtivos e as regiões de Santa Catarina. Esse estado caracteriza-se por uma marcada “divisão setorial do espaço”, permitindo observar, embora em alguns casos de forma muito mais esmaecida do que no passado, uma forte associação entre atividades e porções do território. Daí que impactos setoriais via de regra se apresentam como impactos regionais. E tais impactos, recorde-se, incidem em tecido produtivo que já nos anos 1990 viu-se compelido a protagonizar movimentos de reestruturação, haja vista a mudança nas condições de concorrências ligada à abertura comercial do Brasil.

O que segue fornece algumas ilustrações dos efeitos da crise em quatro indústrias centrais na estrutura produtiva catarinense: eletrometalmecânica; agroindústria de carnes; têxtil e vestuarista; moveleira.

- O complexo eletrometalmecânico, carro chefe do nordeste catarinense, exhibe algumas importantes consequências da deterioração das condições econômicas desde o final de 2008. A WEG, proeminente na produção de motores elétricos, chegou a registrar resultados positivos em termos de exportações no começo de 2009, mas mesmo assim foi a primeira empresa da região a aprovar redução da jornada de trabalho: o segmento de motores para eletrodomésticos mostrava-se atingido pela contração da demanda, e o ajuste implicou igualmente numerosas demissões. Outras empresas importantes, como Embraco e Tupy, igualmente introduziram redução da jornada, junto com desconto nos salários. Milhares de

trabalhadores foram afetados, o que não deixou de se refletir no movimento das vendas no comércio de Joinville (SALÁRIOS..., 2009).

- A agroindústria de suínos e aves, distribuída no “grande oeste”, alegou a necessidade de adequação à conjuntura adversa para desativar várias unidades de processamento, o que resultou, além de férias coletivas, em numerosas demissões. De fato, afetadas pelo desaquecimento das exportações – empresas desse setor figuraram entre as mais atingidas pelo encolhimento nas exportações provocado pelas dificuldades de acesso ao crédito e pelo declínio na demanda mundial –, Sadia, Perdigão e Aurora tomaram medidas que repercutiram em Santa Catarina e também em outros estados onde possuem instalações. Além disso, planos de novos investimentos foram postergados, como os previstos para o Planalto Norte (Canoinhas). Atualmente vivenciam-se as expectativas suscitadas pela fusão – de algum modo ligada à crise – entre Perdigão e Sadia, a ser confirmada pelo CADE (CADORE, 2009).
- A indústria têxtil e do vestuário, cujo principal reduto é o Vale do Itajaí, acusou resultados adversos já no final de 2008, com Malwee e Marisol, de Jaraguá do Sul, experimentando queda na produção. Merece realce que a imposição de medidas protecionistas pela Argentina desde o fim do ano passado – a já mencionada ampliação do regime de licenças não automáticas para importação – afetou as exportações do complexo têxtil e vestuarista catarinense para aquele mercado entre janeiro e maio, na comparação com o mesmo período no ano anterior. Essas medidas provocaram queda de 1/3 em tais vendas, o segmento de confecção de malhas amargando uma quebra de cerca de metade. O sindicato patronal da região de Blumenau (SINTEX) protestou com veemência, inclusive porque a Argentina teria aumentado as suas compras de outros países, como a China (LENZI, 2009).
- A indústria moveleira, principalmente instalada no eixo São Bento do Sul – Rio Negrinho (norte do estado), viu-se particularmente afetada pelas dificuldades para exportação suscitadas pela crise. O motivo básico é que se trata, naquela região, de produção moveleira voltada sobretudo ao mercado externo. A rigor, as dificuldades têm sido grandes já há anos por conta da apreciação cambial, tanto assim que uma empresa como a Zipperer, com mais de oito décadas de funcionamento, desativou as atividades em meados de 2008. A crise atual, com desdobramentos na forma de redução de atividades, implicando cortes de linhas de produção e escalada nas demissões, só agrava, conseqüentemente, um quadro que já se apresentava muito preocupante. Seja como for, o comportamento do emprego em São Bento do Sul e Rio Negrinho indica que a crise afetou duramente o setor e a região.

Epílogo

Tudo isso clama por ações de política capazes de aproveitar os (poucos) graus de liberdade reservados à escala territorial de intervenção, no “diálogo” com os desafios impostos pelos grandes movimentos da economia. Em Santa Catarina, a estrutura de gestão pública organizada em torno das numerosas Secretarias de Desenvolvimento Regional, criadas na década em curso, deveria se mostrar capaz de canalizar medidas condizentes e fazê-las repercutir. Do mesmo modo, as associações de municípios, representando esfera em que as necessidades das regiões podem ser detectadas no tocante aos problemas mais ou menos comuns, e a defesa dos interesses locais pode ser programada e levada a efeito, certamente têm espaço no âmbito das reações à crise.

De outra parte, a conjuntura adversa certamente favorece uma retomada de fôlego no trato com problemas e gargalos de natureza mais estrutural. As infraestruturas, entre elas as de transportes e comunicações, reinam soberanas no leque dos estrangulamentos desse tipo em território catarinense, permanecendo como amplamente merecedoras de uma atenção à altura da sua importância. Para aludir à gravidade do quadro assinalado, basta referir às inconcebíveis situações do Porto de Itajaí, ainda comprometido pelos resultados da catástrofe que castigou parte de Santa Catarina no final de 2008, e da rodovia BR-101, cujo trecho sul segue carecendo da esperada duplicação integral.

Referências

- AMATO, F. Embraer demite 4.200 e culpa a crise. *Folha de S. Paulo*, p. B1, 20 fev. 2009.
- BÄCHTOLD, F.; BENITES, A. Municípios com demissão em massa temem “crise social”. *Folha de S. Paulo*, p. B8, 7 abr. 2009.
- BORDO, M. The great contraction and the current crisis: historical parallels and policy lessons. SHADOW OPEN MARKET COMMITTEE SYMPOSIUM, Apr. 2009.
- CADORE, F. Integrado acha que fusão vai elevar vendas. *Diário Catarinense*, p. 19, 24 maio 2009.
- CARNEY, J.; HUDSON, R.; LEWIS, J. (eds.). *Regions in crisis: new perspectives in European regional theory*. London: Croom Helm, 1980.
- CRISE precipita onda de fusões e aquisições. *Folha de S. Paulo*, p. B4, 20 mai. 2009.
- GRIFFITH-JONES, S.; OCAMPO, J. A. The financial crisis and its impact on developing countries. *Working Paper*, n. 53, International Policy Centre for Inclusive Growth, Apr. 2009.
- GUIMARÃES, T. Brasil “exporta” fábrica de calçado esportivo. *Folha de S. Paulo*, p. B12, 20 jun. 2009.
- LENZI, A. Uma briga de vizinhos. *Diário Catarinense*, p. 15, 3 jul. 2009.
- LIPIETZ, A. Le monde d’après. *La Tribune.fr*, 3 ago. 2009. Obtido em <http://lipietz.net>. Acesso em ago. 2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. [1848]. *Manifeste du Parti Communiste*. Paris: Librairie Générale Française, 1973.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- PERROUX, F. *A economia da século XX*. Lisboa: Morais Editora, 1967.
- SALÁRIOS em falta. *Diário Catarinense*, p. 13, 18 jul. 2009.

Estudo sobre Mudanças na Composição e na Distribuição Geográfica das Indústrias Catarinenses Têxteis e do Vestuário nos Anos de 1995 a 2005

*José Antônio Nicolau**
*Priscila Karen da Silva***

Introdução

A abertura comercial e a estabilização monetária na década de 1990 colocaram desafios competitivos para a indústria brasileira e catarinense, em particular para a indústria têxtil e vestuarista. Acompanhando o comportamento observado para o conjunto da balança comercial, o comércio exterior brasileiro e catarinense da referida indústria registrou saldos comerciais negativos na segunda metade dos anos 90, associado ao forte crescimento das importações, cujo ímpeto foi contido pela proteção tarifária e pela desvalorização cambial de 1999. O reflexo sobre o emprego fez-se presente, conforme a Tabela 1, principalmente na indústria têxtil catarinense, que experimentou crescimento muito inferior ao observado na indústria de vestuário e no conjunto da indústria de transformação no decênio 1995-2005.

Tabela 1: Evolução do emprego nas indústrias têxtil, vestuário e de transformação catarinense, 1995/00/05

Anos	Têxtil		Vestuário		Ind.transformação	
	Nº	Var %	Nº	Var %	Nº	Var %
1995	44.199	-	46.054	-	330.015	-
2000	46.922	6,2	55.176	19,8	371.293	21,6
2005	55.034	17,3	74.418	34,9	493.294	32,3

Fonte: Silva (2008). Dados brutos de MTE/RAIS

Dentro dessa problemática geral, pode-se indagar a respeito do desempenho competitivo e da capacidade de adaptação de formações industriais específicas, como os arranjos produtivos locais. Como se sabe desde Alfred Marshall, a aglomeração de uma determinada atividade econômica no espaço favorece o aproveitamento, também pelas pequenas empresas, daquelas vantagens econômicas decorrentes da produção em escala elevada normalmente só usufruídas pela grande empresa industrial. Essas vantagens da aglomeração dariam, em princípio, melhores condições para os arranjos produtivos enfrentarem conjunturas econômicas desfavoráveis, como aquela experimentada na década passada, exercitando sua maior adaptabilidade mediante fechamento de empresa ou focalização em atividades determinadas da cadeia produtiva.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFSC.

** Graduada em Ciências Econômicas pela UFSC.

Este artigo resume alguns resultados obtidos na monografia de Silva (2008), cujo objetivo foi analisar as possíveis mudanças na composição e na distribuição espacial da indústria têxtil e do vestuário no território catarinense, em decorrência da abertura comercial brasileira e do acirramento da competição nesses setores industriais. A hipótese pesquisada, que se segue da literatura, é que o acirramento competitivo favoreceu a focalização e a “clusterização” de atividades. Para tanto, foram utilizados dados da RAIS sobre emprego formal para os anos de 1990/95/00/05, e dividiu-se o Estado de Santa Catarina em seis mesorregiões (Vale do Itajaí, Norte, Sul, Grande Florianópolis, Serrana e Oeste). A metodologia consistiu no cálculo do índice de Gini Locacional e no exame das mudanças ocorridas no período na composição da indústria têxtil e vestuário, seguindo a nomenclatura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Índice de gini locacional

Inicialmente, cabe pequena nota metodológica sobre o conceito e o cálculo do índice de Gini Locacional (GL). Este indicador é, na verdade, uma adaptação do conhecido índice de Gini – utilizado usualmente para análise da distribuição da renda entre indivíduos de uma população – para o exame da distribuição da atividade econômica no espaço regional (ver Suzigan et al., 2006). Precedendo o cálculo do índice, deve-se dividir o estado em regiões, especificar as variáveis utilizadas para descrever a distribuição da atividade industrial no espaço estadual e calcular a participação de cada região em determinada indústria que se queira analisar, apurando-se o conhecido coeficiente de localização da indústria (QL) em cada região, ou seja, $QL = Y_{ij}/X_j$, (onde Y_{ij} representa a participação das regiões j na indústria i do estado e X_j representa a participação das regiões j no conjunto das indústrias do Estado).

Para traçar a curva de Lorenz e identificar a área de concentração e seu complemento (α e β_j na figura 1), são utilizadas as participações acumuladas para as duas variáveis acima para determinada indústria i (YA_{ij} e XA_j), para tanto ordenando-se previamente as regiões em ordem decrescente de QL. O cálculo do índice GL segue a dedução usual: $GL = \alpha/0,5$; como $\alpha + \beta = 0,5$ ou $\alpha = 0,5 - \beta$, então $GL = (0,5 - \beta)/0,5 = 1 - 2.\beta$. A área β é o somatório das áreas β_{ij} dos trapézios identificados na figura, sendo $\beta_{ij} = (\Phi_{ij} + \Phi_{ij-1}).X_j./2$, onde $\Phi_{ij}=1- YA_{ij}$ e $\Phi_{i0}=1$.

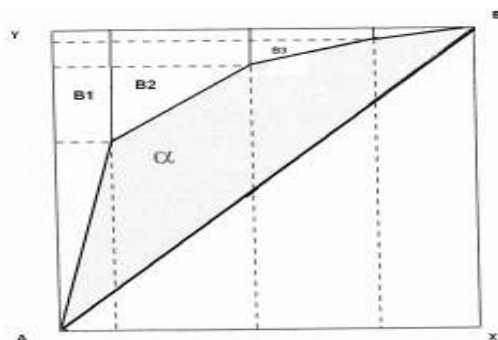


Figura 1: Curva de Lorenz relativa à distribuição espacial de atividades econômicas, utilizada para cálculo do índice GL

Resultados

O primeiro aspecto a analisar é a possível mudança na composição das indústrias têxtil e do vestuário. Utilizando dados por grupos de atividade CNAE, verifica-se, conforme a Tabela 2, que ocorreu, entre os anos de 1995 e 2005, uma perda de participação das atividades a montante da cadeia produtiva, classificadas como beneficiamento de fibras têxteis, fiação e tecelagem. Complementarmente, observou-se um aumento de participação das atividades a jusante, com destaque para a indústria de vestuário.

Tabela 2: Mudanças na composição da indústria têxtil-vestuário catarinense, 1995/2000/2005

Grupos CNAE	Emprego (%)			Nº de estabelecimentos(%)		
	1995	2000	2005	1995	2000	2005
171-Beneficiamento fibras têxteis	3,39	0,60	0,66	0,44	0,35	0,36
172-Fiação	5,75	4,18	3,93	1,40	0,82	0,82
173-Tecelagem, inclus. fiação e tecelagem	8,30	6,79	5,50	2,72	2,54	2,15
174-Fabr. artefatos têxteis, incl. tecelagem	15,90	10,68	9,22	2,56	2,68	2,59
175-Acab. fios, tecid. e art. têxt. por terceiros	1,60	4,18	5,30	1,97	3,73	5,33
176-Fabr. de artef. têxteis, exclusive vestuário	6,45	9,64	8,61	6,08	5,63	5,91
177-Fabricação de tecidos e artigos de malha	7,60	9,90	9,30	11,00	6,88	5,51
181-Fabricação de artigos de vestuário	51,00	54,04	57,49	73,9	77,38	77,32
Total Estadual	100	100	100	100	100	100

Fonte: Silva (2008). Dados brutos de MTE/RAIS

As Tabelas 3 e 4 abaixo mostram a distribuição geográfica das indústrias têxtil e vestuário entre as seis mesorregiões do estado, bem os indicadores QL e GL. Os aspectos a destacar são os seguintes:

- Somente a região do Vale do Itajaí apresentou $QL > 1$ tanto para a indústria têxtil quanto para vestuário; a região Sul tinha $QL > 1$ apenas para vestuário.
- O índice GL apresentou-se como maior para a indústria têxtil do que para o vestuário, indicando maior concentração espacial daquela indústria.

c) Observou-se crescimento do GL apenas para a indústria têxtil entre os anos de 1995 e 2005, registrando-se concentração na região do Vale do Itajaí; a indústria de vestuário apresentou GL decrescente, mostrando desconcentração, com perda de participação do Vale do Itajaí e aumento das regiões Sul e Oeste.

Tabela 3: Participação regional no emprego da Indústria têxtil catarinense e índice GL – 1995/00/05

Meso Regiões	1995			2000			2005		
	Y _i (%)	X _j (%)	QL _i	Y _i (%)	X _j (%)	QL _i	Y _i (%)	X _j (%)	QL _i
Vale Itajaí	67,36	30,7	2,19	70,52	30,91	2,28	73,92	30,93	2,39
Norte	25,76	31,98	0,81	21,79	28,74	0,76	18,86	27,34	0,69
Sul	3,15	10,99	0,29	3,58	12,95	0,28	3,20	13,03	0,28
GFpolis	2,29	4,96	0,46	2,12	5,33	0,40	2,14	6,12	0,35
Oeste	1,24	16,89	0,07	1,40	17,69	0,08	1,70	18,96	0,09
Serrana	0,2	4,48	0,04	0,59	4,38	0,13	0,18	3,62	0,05
Índice GL	0,4513			0,4721			0,4985		

Nota: Y_j e X_j são as participações da região j, respectivamente, nas indústrias têxtil e de transformação.

Fonte: Silva (2008). Dados brutos de MTE/RAIS

Tabela 4: Participação regional no emprego da Indústria de vestuário catarinense e índice GL–1995/00/05

Meso Regiões	1995			2000			2005		
	Y _i (%)	X _j (%)	QL _i	Y _i (%)	X _j (%)	QL _i	Y _i (%)	X _j (%)	QL _i
V. Itajaí	57,53	30,70	1,87	53,11	30,91	1,72	52,39	30,93	1,69
Norte	22,42	31,98	0,70	20,73	28,74	0,72	21,05	27,33	0,77
Sul	12,58	11,00	1,14	18,96	12,95	1,46	18,48	13,03	1,42
GFpolis	2,88	4,96	0,58	2,36	5,33	0,44	2,71	6,12	0,44
Oeste	3,93	16,88	0,23	4,29	17,69	0,24	5,02	18,96	0,26
Serrana	0,66	4,48	0,15	0,55	4,38	0,13	0,35	3,63	0,10
Índice GL	0,3484			0,3319			0,3226		

Nota: Y_j e X_j são as participações da região j, respectivamente, nas indústrias de vestuário e de transformação.

Fonte: Silva (2008). Dados brutos de MTE/RAIS

Em resumo, os resultados deste estudo mostram que a mudança do ambiente econômico, com o acirramento competitivo associado à abertura comercial dos anos 1990, teve efeitos, de forma mais perceptível, sobre a indústria têxtil, principalmente sobre os segmentos de fiação e tecelagem, os quais perderam participação na indústria. Quanto à hipótese de tendência à concentração geográfica das atividades em direção aos aglomerados produtivos, em vista de serem ambientes onde as firmas desfrutam de economias de escala externas, os dados mostram movimentos contraditórios: visível aumento da concentração na indústria têxtil (o que confirmaria

a hipótese) e, com menor intensidade, movimento de desconcentração da indústria de vestuário (o que a descredencia).

Referências

SILVA, P.K. *Efeitos da abertura comercial sobre a distribuição geográfica da indústria têxtil-vestuarista catarinense a partir dos anos 90*. Florianópolis: UFSC (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SUZIGAN, W. et al. Aglomerações industriais no Estado de São Paulo. *Economia Aplicada*, v.5, n.4, out-dez.2001.

O Excessivo Otimismo e a Mortalidade de Empresas

*Francisco Gelinski Neto**

Introdução

Ao serem identificadas potencialidades em determinadas regiões, essas potencialidades podem ser transformadas em novos negócios e empreendimentos por meio de estímulos de agentes interessados. Estes agentes são normalmente instituições públicas (Universidades, Agências de fomento, Secretarias de Desenvolvimento e outras).

Os empreendedores interessados nos lucros potenciais dos novos negócios muitas vezes não percebem alguns riscos e/ou não são adequadamente informados sobre a possibilidade de ocorrência dos mesmos.

Por princípio o empreendedor deve ser otimista, caso contrário ele não inicia seu novo negócio. Veremos no decorrer deste trabalho que o otimismo exagerado com relação aos futuros retornos do empreendimento, descuidando de riscos, pode causar problemas e até inviabilizar economicamente o empreendedor e o empreendimento.

Em paralelo a problemas habituais que levam à mortalidade dos empreendimentos, pode estar o excessivo otimismo do empreendedor. Verifica-se que na introdução de novos negócios, no caso da agricultura, a sub-avaliação de riscos ambientais pode levar à não recuperação dos valores investidos na nova atividade. Na área de negócios podem ser considerados riscos ambientais as mudanças econômicas profundas, doenças e pragas, entrada de competidores muito grandes, mudanças de regras e regulamentos, ação de grupos de pressão (*stakeholders*), entre outros.

Como exemplo disto podem-se citar os casos da cunicultura (criação de coelhos) no Estado do Paraná, em meados da década dos 80, e da carcinicultura (criação de camarões) em Santa Catarina, do final dos 90 até 2006. Em ambos os casos os empresários foram surpreendidos por alterações ambientais relevantes que levaram à completa inviabilização dos negócios e perda considerável ou mesmo total dos ativos.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFSC.

Considerações teóricas

Embora existam diversas fragilidades e problemas nas PMEs, que podem determinar a mortalidade ou extinção das empresas, existem outros fatores que, de acordo com SEBRAE (2004), resultam em sucesso do empreendimento. Este é o caso da capacidade empreendedora, que é composta por um conjunto de atributos capazes de possibilitar ao empresário habilidades para conduzir o seu negócio em meio a dificuldades e adversidades do dia-a-dia empresarial. Esses atributos são a disposição e a capacidade empresarial para comandar o empreendimento, permitindo, por meio de habilidades naturais, descobrir as melhores oportunidades de negócios e assumir os riscos envolvidos no investimento de recursos financeiros e humanos em uma nova empresa.

Embora o “assumir riscos” seja um dos atributos para o sucesso do empreendedor e do empreendimento, todo novo negócio possui fragilidades que, caso não sejam sanadas, poderão fatalmente provocar a mortalidade da empresa. As fragilidades poderão desencadear problemas financeiros insolúveis à continuidade do negócio. A mais importante razão do fechamento de empresas no Brasil é a falha gerencial, com destaque para os problemas financeiros (SEBRAE,2004).

O excessivo otimismo do empreendedor está ligado a informações incompletas quanto aos riscos do negócio. Neste sentido, cremos ser possível *linkar* o comportamento otimista do empreendedor às especificidades das micro e pequenas empresas, apontadas por Lemos (2003). Entre as especificidades citadas pela autora estão: limitada base de recursos financeiros, humanos, técnicos, tecnológicos e de gestão e, também, a menor habilidade em influenciar as relações com o ambiente externo. Neste sentido estão incluídos, por exemplo, as agências de promoção, fomento e financiamento.

Em síntese, se as micro e pequenas empresas possuem uma limitada base de recursos e menor habilidade de reagirem e de influenciar o ambiente, os agentes de fomento devem tomar extremo cuidado para não subestimar os fatores de risco aos novos negócios, sob pena de causar mortalidade acentuada de empreendimentos com potenciais locais ou regionais.

Análise

No caso da criação de coelhos (cunicultura) no Paraná, houve estímulo governamental via Secretaria de Indústria e Comércio para o estabelecimento de cooperativas de criadores em diversos municípios daquele Estado. Os produtores fizeram inversões elevadíssimas na construção de barracões padronizados, na contratação de pessoal e na aquisição de matrizes, gaiolas, rações e medicamentos. Nessas circunstâncias, foram surpreendidos por inflação ascendente e

comercialização conturbada de 1986 em diante. A agroindústria instalada em Curitiba pagava aos produtores no prazo de 90 dias (a preço fixo, sem correção), e os produtores pagavam os fornecedores de ração semanalmente ou quinzenalmente, a preço variável corrigido pela inflação.

Portanto, ocorreu uma total inviabilização da atividade, por simplesmente exigir um elevado e crescente capital de giro incompatível com o prazo de recebimento e o valor recebido, que era fixo (não corrigido pela inflação). O resultado disto foi a ocorrência de prejuízo, com o fechamento de mais de 90% das granjas do estado.

A composição dos empreendedores era diversificada. Tratava-se de agricultores, de profissionais liberais e mesmo de industriais. O tamanho das granjas era variável, desde projetos com 20 matrizes até 200 matrizes, sendo que o tamanho maior era predominante. Grande parte dos projetos foi financiada com recursos públicos via BNDES.

Destaque-se que os projetos de viabilidade econômica utilizados para estimular os produtores apontavam elevados retornos e lucratividade, subestimando, evidentemente, os riscos. Deve-se observar que o preço e custo projetado no fluxo de caixa não consideraram: a) os prazos de recebimentos longos em período inflacionário e; b) a elevação persistente do custo com o desembolso imediato, e também crescimento exponencial.

No caso catarinense da criação de camarões (*carcinicultura*), o principal problema foi o aparecimento de uma doença virótica fatal (mancha branca), aliada a problemas de mercado. O cultivo de camarões em Santa Catarina foi desenvolvido e estimulada por ações públicas da EPAGRI e da UFSC, que, através da pesquisa e extensão, obtiveram êxito na produção de pós-larva, no treinamento de produtores e no desenvolvimento do sistema de produção compatível, a ponto de, em 2004, alcançar 4.200 toneladas de camarão produzidos. Além disso, foram mobilizados mais de cem produtores, que investiram na atividade. O planejamento da produção identificou três regiões principais aptas à atividade. A região de Laguna (a principal em termos de número de produtores e área de cultivo), a região centro (Florianópolis e Biguaçu) e a região norte (São Francisco do Sul) (GELINSKI NETO, 2007).

A exemplo dos criadores de coelho, também os criadores de camarão têm composição diversificada, fazendo parte do grupo pescadores, agricultores, comerciantes e profissionais liberais. O tamanho do negócio varia entre 1 hectare de lâmina de água até 50 hectares. Destaque-se que a maior parte dos cultivos atingiam áreas de até 20 hectares. Nesse caso, também bom número de produtores foi financiado com recursos do BNDES sendo obrigado a se desfazer de diversos bens (casas, terrenos) para pagar os prejuízos da atividade.

A criação de camarões, da mesma forma que a criação de coelhos, tem elevada densidade de custos devido à aquisição de pós-larvas, ração, energia elétrica e mão de obra. A doença virótica mata os camarões de cultivo em questão de horas após o seu

aparecimento, extinguindo assim a esperada receita com o produto, restando, obviamente, o elevado custo de produção a ser quitado.

No caso da criação de camarões, existem aqueles que acreditam numa possível retomada da atividade tal qual ocorreu, em parte, no Equador após alguns anos do início da doença na carcinicultura daquele país. Mas o fato concreto, hoje, é a queda praticamente total de receita dessa atividade em Laguna, com desemprego e fragilização econômica de produtores, e a desistência de muitos em tentar novamente, mesmo quando, e se, o problema estiver equacionado.

Considerações finais

As lições que podem ser apreendidas desses dois casos é a necessidade de se tentar construir cenários quando da elaboração de projetos de novos negócios. Esses cenários deveriam destacar a situação normal, otimista e pessimista em razão de possíveis problemas que possam ocorrer, afetando negativamente o fluxo de caixa da atividade.

Assim, os futuros empreendedores seriam estimulados a pensar tanto de modo otimista quanto realista, e avaliar a sua real possibilidade de resitir a possíveis revezes na atividade preferida por eles.

Referências

GELINSKI NETO, Francisco. *A Inflexão da trajetória evolutiva do cluster da carcinicultura de Laguna: conseqüências nas interações dos agentes e instituições*. Florianópolis, 2007. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

LEMOS, Cristina. *Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil: Novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais*. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SEBRAE. *Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil*. SEBRAE e FUBA (Fundação Universitária de Brasília) Brasília, ago. 2004. (Relatório de pesquisa) Disponível em:

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/9A2916A2D7D88C4D03256EEE00489AB1/\\$File/NT0008E4CA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/9A2916A2D7D88C4D03256EEE00489AB1/$File/NT0008E4CA.pdf) - Acesso em: 4/01/2006.

.....

**Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.**

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br. Disponível também na homepage www.cse.ufsc.br/~gecon

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins (coord.editorial), João R. Sanson e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos*

Apoio: *Departamento de Ciências Econômicas/UFSC*